Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
15/04/25
Edson Souza
Vereador - 1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 15/04/25
Protocolo

REQUERIMENTO Nº 173, DE 2025.

(Proponente: Comissão de Trabalho e Administração de Pessoal)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

A Comissão de Trabalho e Administração de Pessoal nos termos que regem o art. 64, IV do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, seja encaminhado expediente a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, solicitando informações acerca do Projeto de Lei nº 17, de 2025, que dispõe acerca da divulgação da relação de médicos e funcionários das unidades de saúde no Município de Cascavel, na forma que especifica, e dá outras providências.

1. Em que situações cabe ao servidor a aplicação de advertência?

2. Havendo advertência, essa de alguma forma acarreta alguma penalidade ao servidor concursado, paralisando ou retardando a sua prorrogação na carreira?

3. Em relação aos processos disciplinares quais tipos que existem? Descrever quais e a sua aplicabilidade.

4. Processos Administrativos são os meios mais adequados a impor uma pena disciplinar ou há formas mais brandas para que seja evitado o uso de toda a máquina pública?

5. Os procedimentos disciplinares administrativos são regulamentados por normas especificas. Favor detalhar quais são os ritos que devem ser observados.

6. Em relação a divulgação de forma pública de dados de servidores, tais como: nome completo, número da matricula, número do conselho de classe, horário de início e encerramento de jornada. Isso fere a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) ou está abarcado nas situações regulamentados por essa referida norma?.

É o que Requer. Sala das Sessões.
Cascavel, 14 de abril de 2025.

Dr. Lauri
Vereador/MDB/Presidente

Edson Souza
Vereador/MDB/Secretário

Mauri Schaffer
Vereador/PSD/Membro

Justificativa

Os questionamentos acima se fazem necessário tendo em consideração a essencialidade da questão, tendo em vista que é necessário entender como que se da a possibilidade de penalidades aos servidores públicos e como é instaurada e como está regulamentado os procedimentos, bem como, a possibilidade de divulgação de dados sensíveis de servidores em órgãos públicos.

Desta forma, solicitamos, através do presente requerimento, esclarecimentos sobre a referida situação.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA